



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003672-74.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Sirley de Oliveira Fornaziero**
Requerido: **Telefonica Brasil SA - Vivo SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor postula a a liberação de sua linha telefônica para portabilidade para outra operado, tendo em vista que a mesma teria sido bloqueada injustificadamente pela ré.

À ré longo do feito se manifestou que não havia óbice para a portabilidade requerida pela autora.

Nesse sentido, e diante da determinação desse juízo concluiu-se efetivamente a portabilidade da referida linha

As demais ponderações da autora de fl. 126 deixam de ser analisadas, pois não integram o objeto da presente ação, e qualquer desdobramento negativo a esse propósito deverá ser objeto de ação autônoma.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a restabelecer o normal funcionamento da linha telefônica nº (16) 3306-8793, viabilizando sua potabilidade para outra operadora, mas dou por cumprida a obrigação em decorrência das manifestações de fls. 112; 118/119 e 126.

Oportunamente, e com as cautelas de praxe, dê-se baixa definitiva nos presentes autos digitais.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**